



# Leis complementares ao Plano Diretor devem chegar à Câmara Municipal de Goiânia em março

Doze projetos que colocam em prática as diretrizes aprovadas na lei para a ocupação de Goiânia, como Código de Posturas e Obras, estão em elaboração

15/02/2022 - 21:15



Vista de prédios no Setor Nova Suíça, em Goiânia: pontos a serem detalhados em lei influenciam toda a cidade (Foto: Wildes Barbosa)

Ao menos 12 projetos de leis complementares ao Plano Diretor de Goiânia (PDG), que foi aprovado pela Câmara Municipal no dia 3 deste mês, devem começar a ser enviados ao parlamento a partir de março. São legislações que estabelecem os regramentos a partir das diretrizes apontadas no PDG, como o Código de Posturas, de Obras, de Parcelamento e leis Ambiental, dos Vazios Urbanos e outros. Ao todo, o PDG exige a apresentação de 14 leis complementares, mas a Secretaria Municipal de Planejamento e Habitação (Seplanh) decidiu unificar as leis de Vazios Urbanos, Conjuntos e Projeto Diferenciado de Urbanização (PDU).

Continue lendo

Mais lidas

- 1 Leis complementares ao Plano Diretor devem chegar à Câmara Municipal de...
- 2 Veja onde se vacinar contra a Covid-19 nesta quarta-feira (16), em Goiânia
- 3 Homem morre em ação policial no Setor Buena Vista 4, em Goiânia
- 4 Plano Diretor foi aprovado. E agora?
- 5 Plano Diretor de Goiânia pode ser votado nesta quinta-feira (3)

62 99995 2795

BUSCAR

ELISA

ANUNCIE AQUI

ASSINE JÁ

A partir de  
R\$4,90[CAPA](#) [POLÍTICA](#) [ECONOMIA](#) [MUNDO](#) [CIDADES](#) [ESPORTE](#) [MAGAZINE](#) [DOCUMENTAÇÃO](#) [OPINIÃO](#) [ESPECIAIS](#) [INFOMERCIAL](#) [BIBLIOTECA](#)  
[PODCAST](#)

últimas não regulamentam as diretrizes do PDG, mas soma a elas novas orientações para cada área específica. Mas as leis complementares possuem a determinação de serem apreciadas e aprovadas em até 180 dias após a sanção do PDG, justamente quando esta passa a ter efeito prático.

A chefe de gabinete da Seplanh, Verônica Mansur, acredita que as primeiras leis complementares a chegarem para os vereadores serão as de Estudo de Impacto de Trânsito (EIT) e de Vizinhança (EIV), que já possuem as minutas elaboradas. “Impacto de Vizinhança e de Trânsito estão em fase final de elaboração, já tem minuta pronta. A Lei das Áreas Especiais de Interesse Social já tem minuta pronta, mas a gente quer pelo menos mais uma reunião com os técnicos para finalizar. Estamos aguardando também a sanção do Plano Diretor para ver se não tem nada conflitante”, explica Verônica.

As minutas dos projetos de lei que determinam as regras específicas para Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC) e da Transferência do Direito de Construir (TDC) também estavam prontas, mas os técnicos da Seplanh verificaram que os dois instrumentos foram alvos de emendas dos vereadores durante a tramitação do PDG e, por isso, foi necessário esperar para finalizar quando o Plano estiver sancionado. O Paço aguarda a Câmara Municipal conceder o autógrafo de lei para analisar o projeto e verificar se vai ser necessário vetar algum artigo. Esse autógrafo deve ser realizado até esta quinta-feira (17).

Mesmo os projetos que já estão mais avançados, como EIV e EIT, ainda serão encaminhados ao Conselho Municipal de Políticas Urbanas (Compur) para conhecimento das pessoas da sociedade e poderão passar também por uma audiência pública ampla. “Podemos fazer uma audiência com mais de uma lei, maior. Por exemplo, EIV e EIT juntos e depois encaminhar os projetos para a Câmara”, afirma a chefe de gabinete da Seplanh.

62 99995 2795

BUSCAR

ELISA

ANUNCIE AQUI

ASSINE JÁ

A partir de  
R\$4,90

CAPA POLÍTICA ECONOMIA MUNDO CIDADES ESPORTE MAGAZINE PODCAST OPINIÃO ESPECIAIS INFOMERCIAL BIBLIOTECA

Parcelamento”, conta Verônica. Uma minuta prévia do Código de Posturas está disponível no site da Seplanh para que seja o ponto de partida do debate. “Estamos finalizando e aguardando algumas questões na parte de publicidade e sobre os animais para definir com a Agência Municipal de Meio Ambiente (Amma) e pessoas da área.”

A chefe de gabinete da Seplanh lembra que o Código de Posturas é uma lei ampla que “vai de cuspir ao chão até o cachorro que vai na rua”. “Estamos buscando algo para deixar a população mais ciente, algo que deixe mais transparente. A pessoa nem sabe que cuspir no chão é infração, mas é até difícil o fiscal multar. Queremos deixar mais transparente e que o fiscal tenha o trabalho facilitado. Confesso que é a lei mais difícil e mais desconhecida das pessoas. Quem está coordenando são fiscais para que eles tenham a realidade na rua para a legislação.”

Já o Código de Parcelamento, também com a minuta disponível, está mais adiantado porque a equipe técnica da Seplanh já tinha trabalhado sobre o assunto, mas os termos já são antigos, de modo que é preciso esperar a sanção do PDG para ver se não está indo contra as diretrizes básicas da cidade. “O Código de Obras está na fase de discussão, ouvindo entidades como o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás (Crea-GO), Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU-GO) e profissionais das áreas para ver o que podemos melhorar. Queremos tirar a burocracia que temos hoje, queremos informatizar mais os processos.”

Válido lembrar que dentre as leis exigidas pelo PDG está o Código Tributário Municipal (CTM), que já foi atualizado pelo Paço Municipal em setembro do ano passado. Na época, a administração já havia informado que o projeto já estava em consonância com as diretrizes do PDG e isso foi levado em conta até mesmo como argumento para o prefeito Rogério Cruz (Republicanos) cobrar a aprovação da lei pelos vereadores. Há, por exemplo, incentivo fiscal para empresas e novas moradias no Setor Central de Goiânia, que está nas duas leis.

62 99995 2795

BUSCAR

ELISA

ANUNCIE AQUI

ASSINE JÁ

A partir de  
R\$4,90

CAPA POLÍTICA ECONOMIA (PDU) CIDADES VERMELHAS BUDGET OPINIÃO ESPECIAIS INFOMERCIAL BIBLIOTECA  
PODCAST DIGITAL

de Goiânia (PDU) vem ser encaminhadas a

Câmara Municipal em até 180 dias, o Paço Municipal também trabalha na realização dos projetos dos planos de Mobilidade, Arborização e Habitação. Os dois primeiros já deveriam estar aprovados. Pelo Estatuto da Cidade, o Plano de Mobilidade (PlanMob) deveria ser aprovado inicialmente em 2015, mas uma lei federal de 2020 prorrogou o prazo para abril deste ano para as cidades com mais de 250 mil habitantes, como é o caso de Goiânia. A Secretaria Municipal de Planejamento e Habitação (Seplanh) realiza o diagnóstico do PlanMob desde o ano passado, em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG), com uma pesquisa que analisa a Origem e Destino dos goianienses.

Os dados são coletados em respostas pelo site da pesquisa ([goiania.go.gov.br/planmob/](http://goiania.go.gov.br/planmob/)). Até então, cerca de 8,8 mil pessoas já responderam o questionário e há a necessidade de que mais 10 mil moradores da capital participem. “A participação não está ruim. Colocamos no site da Prefeitura e tivemos um número bom, mas queremos mais esses 10 mil e estamos fazendo campanha com os servidores da Prefeitura, com sindicatos, para que mais gente possa contribuir”, afirma a chefe de gabinete da Seplanh, Verônica Mansur. Ela completa que o PlanMob é uma necessidade pelo Estatuto da Cidade, mas não é do escopo como aplicação após o PDG, assim como o de Arborização e Habitação, que é uma novidade para esta gestão. Já o de Arborização já foi enviado à Câmara em outras duas gestões, sem ter sido apreciado pelas legislaturas da época e deverá ser levado novamente.

## Atualizando

Prefeitura deve enviar pelo menos 14 leis complementares ao Plano Diretor

### ATUALIZADO

■ Código Tributário Municipal

### MINUTA FINALIZADA

■ Lei do Impacto de Trânsito  
■ Lei do Impacto e Vizinhança

### MINUTA EM ANDAMENTO

■ Lei das Áreas Especiais de Interesse Social  
■ Código de Parcelamento do Solo  
■ Código de Posturas  
■ Plano de Mobilidade  
■ Plano de Arborização

### AINDA EM ELABORAÇÃO

■ Lei das Atividades

62 99995 2795

BUSCAR

ELISA

ANUNCIE AQUI

ASSINE JÁ

A partir de R\$4,90

CAPA POLÍTICA PODCAST ECONOMIA MUNDO CIDADES ESPORTE MAGAZINE LUDOVICA OPINIÃO ESPECIAIS INFOMERCIAL BIBLIOTECA



Escolha seu assunto favorito.

- Notícias do Atlético, Notícias do Goiás E. C., Notícias do Vila Nova, Destaques do Impresso, Edição de Domingo, Ver mais assuntos

Newsletter

Elisa

comunicacao@caugo.gov.br

OK

Navegue pelo assunto:

Cidades Plano Diretor Goiânia Leis complementares

Leia também:

POLÍTICA

O dilema da "politização" do governo de Caiado

CIDADES

Roubo de R\$ 990 mil em criptomoedas na Chapada teria sido encomendado

MAGAZINE

Grupo realiza Piquenique Geek no Lago das Rosas, em Goiânia, neste domingo (13); veja fotos

Comentários

Os comentários publicados aqui não representam a opinião do jornal e são de total responsabilidade de seus autores.